



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

**PROTOCOLO SIC** [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria da Educação

**UNIDADE:** Diretoria de Ensino de Limeira

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Aulas reservadas em escolas. Atendimento da demanda após diligência da Ouvidoria Geral do Estado. Perda de objeto recursal.

**DECISÃO OGE/LAI nº 023/2018**

1. Tratam os presentes autos de pedido formulado à Diretoria de Ensino de Limeira, número SIC em epígrafe, para acesso a informações sobre as escolas que tiveram reservadas aulas de Língua Portuguesa para professoras da categoria F, bem como a quantidade de aulas reservadas.
2. Em resposta, o ente prestou esclarecimentos, e, ante recurso, forneceu listagem das escolas com aulas reservadas. Inconformado, o interessado apresentou o presente recurso cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme o artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015, questionando acerca de informações sobre duas escolas que não constavam na listagem fornecida.
3. Após diligência realizada a pedido da Ouvidoria Geral, a demandada enviou informações complementares, com as aulas reservadas em uma escola. Cientificado, o interessado insistiu no atendimento do pedido. Em nova diligência solicitada pela OGE, o ente esclareceu que não havia novos dados a serem fornecidos. Cientificado, o solicitante manifestou-se, mostrando-se inconformado com as informações fornecidas.
4. Primeiramente, recorda-se que a Lei nº 12.527/2011 tem por escopo o acesso à informação *disponível*, nos termos do artigo 11. Em resposta complementar, o ente confirmou não existirem as informações requeridas em relação à escola questionada.
5. Oportuno lembrar que afirmação de órgão público está revestida de presunção relativa de veracidade, conforme entendimento desta Ouvidoria Geral, também adotado em âmbito federal pelo Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União: “A alegação de inexistência de documento/informação por órgão público é revestida de presunção relativa de veracidade, decorrente do princípio da boa fé e da fé pública. Tal posicionamento tem respaldo na doutrina. Nesse sentido, Hely Lopes Meirelles (2013) aduz que os atos administrativos, qualquer

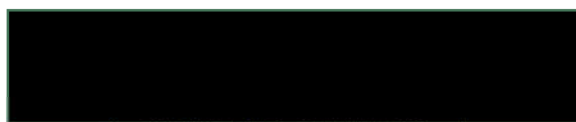


GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

que seja sua categoria ou espécie, nascem com a presunção de legitimidade, independentemente de norma legal que a estabeleça. Essa presunção decorre do princípio da legalidade da Administração, que nos Estados de Direito, informa toda a atuação governamental.” (Referência: 08850.000326/2015-22. Órgão recorrido: Departamento de Polícia Federal. Interessado: A.S.F.).”

6. Assinala-se que reclamações e sugestões podem ser enviadas e são acolhidas pelas Ouvidorias dos órgãos estaduais, inclusive pela internet, por meio do endereço eletrônico [www.ouvidoria.sp.gov.br](http://www.ouvidoria.sp.gov.br).
7. Assim, tendo em vista o fornecimento das informações existentes, com esclarecimentos adicionais posteriormente, **julgo prejudicado o recurso, por perda superveniente de objeto**, com fundamento no artigo 11, da Lei Federal nº 12.527/2011, ausentes as hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 19 de janeiro de 2018.



GUSTAVO UNGARO  
OUVIDOR GERAL DO ESTADO

MK1